RESUMO EXECUTIVO da A T A

Aos dezesseis dias de dezembro de 2010 reuniram-se no Auditório da Cetesb, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345-Prédio 6, 1º andar, São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória da plenária ordinária CBH-AT, nº 134/2010. Maria Emília Botelho, Secretária Executiva do Comitê do Alto Tietê (Cetesb) abriu a reunião dando as boas vindas. Restando apenas 5 conselheiros para quórum deliberativo passaram a tratar dos informes. A Secretária comunicou que foi assinado o Decreto aprovando a cobrança pelo uso da água na bacia do Alto Tietê, e a Câmara técnica de planejamento e gestão e a Câmara técnica de cobrança devem se reunir prosseguirem os trabalhos, também solicitou o auxílio da Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi na elaboração do convênio entre a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABH-AT-Cetesb-DAEE para que a FABH-AT possa gerir os recursos da cobrança, a Secretária assumiu compromisso de estar diretamente envolvida principalmente no mês de janeiro de 2011 junto com a FABH-AT para resolver as pendências finais. Referente ao atraso da apresentação do plano de bacia pelo tomador FUSP restando a liberação da última parcela dos recursos FEHIDRO pelo Agente técnico IPT, conforme solicitado na última reunião plenária, José Luiz do IPT esclareceu a Secretaria que toda documentação solicitada ao tomador referente a parte técnica já foi encaminhado porém restava ainda envio de documentos administrativos complementares por parte da FUSP. A Secretaria Executiva do Comitê também ainda não tinha conseguido um retorno positivo por parte da FUSP. Miron Rodrigues da Cunha (APCMA) disse que em contato com o Secretário de Meio Ambiente na reunião do COFEHIDRO ele se comprometeu pessoalmente em intervir para providenciar a liberação dos recursos faltantes a fim de que pudesse ser publicado o Plano de Bacia. A Secretária disse que a minuta de deliberação do Projeto Jurubatuba não seria objeto de deliberação na pauta porque restava a realização da audiência pública, seria realizada em 20/12/2010, visto que daquela audiência poderiam surgir ainda outras recomendações. A plenária concordou com o encaminhamento. Informou que demandaram para Câmara técnica de planejamento e gestão a pedido do Fórum Paulista dos Comitês de bacia a sugestão de demanda induzida referente aos recursos de 2011 para colaborarem com o término do projeto de outorga eletrônica pelo DAEE, devido ao valor elevado do projeto e pela sua importância no gerenciamento da cobrança pelo uso da água. A Câmara técnica encaminhou a destinação do valor de R$ 300.000 desde que fosse encaminhada toda a documentação técnica, com o termo de referência, aos moldes dos demais projetos, quando então a deliberação poderia ser apresentada à plenária. O Secretário executivo do Subcomitê Juquery Cantareira Osvaldo Vieira (Sabesp) encaminhou solicitação da prefeitura de Cajamar para a continuidade na modalidade demanda induzida, do projeto monitoramento da quantidade e qualidade das águas do rio Juquery. Luiz Vasconcelos (Prefeitura de Cajamar) complementou dizendo que o projeto foi aprovado no Subcomitê, beneficiando 5 municípios da subbacia Juquery Cantareira, perfazendo 9 pontos de monitoramento da qualidade da água em tempo real, com a intenção de também subsidiar os estudos para enquadramento dos corpos hídricos na bacia segundo previsto no Plano de Bacia do Alto Tietê. A manutenção do projeto tem o valor aproximado de R$ 100.000/ano. A Secretária solicitou que o tomador adotasse os mesmos procedimentos dos demais projetos enviando toda documentação técnica para a Câmara técnica de planejamento e gestão. Oscar Gozzi (SMA/CRHi) relatou em histórico o Projeto Pacto das Águas conforme já apresentado na reunião anterior. 599 municípios já fizeram adesão ao Pacto disponibilizando as metas de 2009-2011 no site da Secretaria de Meio Ambiente, também já realizaram análise desses planos de ação dos municípios, porém foram detectadas algumas inconsistências de informações mas já solicitaram aos municípios que analisem as inconsistências. O programa conta com visibilidade internacional, em 2012 pelo 6º Fórum Mundial da Água, cujo Presidente é um brasileiro, Dr. Benedito Braga, conselheiro do CRH, um dos painéis será a reavaliação do Consenso do Istambul, sendo que 23 cidades das que fizeram ações ligadas ao consenso de Istambul estão concorrendo a uma premiação, dentre elas o estado de São Paulo, que irá apresentar a experiência do Pacto das Águas, e será uma oportunidade de comunicar a experiência de gestão de recursos hídricos do estado de São Paulo. Solicitou ao Comitê, e seus municípios componentes que auxiliem na consolidação dos dados. Também informou sobre a recente Deliberação aprovada pelo CRH criando o prêmio FEHIDRO, visa premiar os melhores projetos indicados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, em duas modalidades, na modalidade Objetividade com a premiação de R$ 200.000 e na modalidade Efetividade com mais R$ 200.000. Maria Del Carmen (Prefeitura de Santana de Parnaíba) disse que tentou obter informações do Comitê através do site, queixou-se que não está atualizado, não é um site amigável. Os gestores deveria ter essa preocupação tornando inclusive o site acessível a qualquer cidadão. Oscar Gozzi registrou, disse que se não havia um link na página inicial do site da Secretaria seria providenciado. André (SMA/CBH-AT) disse que os tomadores de projetos sempre recebem informações para acompanhamento dos

projetos FEHIDRO, no site Sigrh as informações estavam atualizadas. Márcia Nascimento (SMA/APE) disse que realmente a questão da comunicação era uma preocupação antiga no sistema e também dos Subcomitês, inclusive no Subcomitê Billings Tamanduateí a Câmara técnica de educação ambiental estava realizando um levantamento dos projetos executados indicando o estágio de cada um e os resultados obtidos. Francisco Toledo Piza (Diretor Presidente FABHAT) lembrou que era motivo de alegria um fato tão importante como a assinatura do Decreto aprovando cobrança pelo uso da água na bacia. Sobre os cursos de capacitação para gerenciamento dos contratos FEHIDRO, realizados pela FABH-AT informou que foram coroados de êxito. Foram realizados em quatro regiões da bacia, e desses cursos despontaram diversos projetos que provavelmente irão pleitear recursos do FEHIDRO. Pelos informes das Câmaras técnicas Nelson Pedroso, Coordenador da Câmara técnica de educação ambiental informou que deram continuidade às oficinas para o desenvolvimento do plano de ação em educação ambiental do Alto Tietê, levantaram a preocupação de que há várias informações relevantes distribuídas em diversos fóruns, que devem ser internalizadas no colegiado para se transformarem em políticas públicas, seja na rede pública do ensino, formal e não formal, ou para a rede privada estabelecendo as diretrizes para bacia do Alto Tietê. Também informou sobre a Comissão eleitoral, que os trabalhos serão retomados em janeiro de 2011, e lembrou que o Comitê possui um cadastro permanente segundo as regras estabelecidas em Deliberação para o processo eleitoral que deve ocorrer em março/2011, e estão trabalhando em um modelo para que o cadastro esteja disponível on line dando total transparência aos habilitados e às entidades participantes do sistema. Informou também que o movimento Comitê Vivo deve se reunir em agosto/2011 em São Bernardo do Campo reunindo o segmento da Sociedade Civil Organizada já elencando as demandas que serão encaminhadas para o encontro na França em 2012. Bonfílio Alves (prefeitura de Caieiras) informou, conforme demanda da última reunião plenária do Comitê, a Comissão debateu sobre o custeio de participação da Sociedade Civil tendo como base as diretrizes da Lei estadual 12.575 que definiu o custeio para participação da Sociedade Civil, do CONSEMA, além de outros instrumentos que forma objetos de estudo, restando ainda a análise dos regulamentos de custeio do FEHIDRO internalizando a lei 12.575 dentro do Manual Operacional do FEHIDRO estabelecendo critérios para contemplar o custeio, e provavelmente a comissão redigirá um texto que será apresentado na plenária na próxima reunião. Gilmar Mangueira (Prefeitura São Bernardo do Campo) enquanto representante do Comitê no CRH informou que na reunião do CRH, realizada no dia anterior, foram aprovadas moções para criação do Comitê de bacia do Rio Grande e do rio Paranapanema, foi aprovada a metodologia e o cronograma de trabalho de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos-PERH/2011-15, foi aprovado o relatório de situação dos recursos hídrico ano base 2008, e deliberação das normas gerais de funcionamento das Câmaras técnicas, além de uma deliberação dispondo sobre os recursos do FEHIDRO 2011, incluindo o estorno dos recursos devidos ao Comitê do Alto Tietê, também foram aprovados investimentos do FEHIDRO relativos ao CORHI envolvendo o valor de R$ 4,5 mi relativo às outorgas eletrônicas do DAEE, foram publicados os Decretos aprovando a cobrança pelo uso da água no Diário Oficial de 10/12/2010 referente aos Comitês do Alto Tietê, Baixada Santista, Tietê Batalha, Baixo Tietê e Tietê Jacaré. Tereza (EMAE), Coordenadora da Câmara técnica de Drenagem informou que realizaram reuniões mensais, e tiveram algumas apresentações, citando o DAEE sobre as outorgas de obras e drenagem, e pela prefeitura de São Paulo sobre o plano de drenagem do município, a fim de contextualizarem as obras que estão acontecendo na bacia para que possa efetuar o devido acompanhamento dos planos de drenagem. Receberam também a demanda do Comitê para esclarecimentos sobre o dique à montante da barragem da Penha na região do Jd. Romano, sendo que foram chamados os representantes do DAEE e da prefeitura, mas a reunião só foi possível ser agendada para janeiro de 2011 quando conseguiram compatibilizar as agendas, e convidou para estar presente também a prefeitura de Guarulhos. Miron perguntou por que não foi convidado o Conselho da APA para a reunião, a Secretária lembrou que ficou acertado que o tema seria tratado na Câmara técnica e esta encaminharia seu parecer ao plenário. Heloísa, Coordenadora da Câmara técnica de Águas Subterrâneas informou que trabalharam nos estudos do Projeto Jurubatuba, e que serão objeto de apresentação na audiência pública do dia 20/12, disse também que os trabalhos foram intensos, agradeceu a todos pela participação, considerou que o resultado foi bom e que serviria de modelo para todos as regiões do estado conforme previsto no projeto do aquífero. Em relação a Câmara técnica de planejamento e gestão a Secretária disse que houve intensa participação em todas reuniões, inclusive com a presença da FABH-AT, pôde perceber um processo de amadurecimento e crescimento, que considerou brilhante, demonstrando parceria com a sociedade civil e também com os municípios, que começaram a ter maior participação, inclusive os projetos apresentados também demonstraram visíveis melhorias. Comunicou que havia quorum para as deliberações. **A Ata da reunião anterior foi aprovada**. Solicitada inversão de pauta Piza fez a apresentação do Relatório de Situação ano base 2008, destacou que: pelo aspecto social a região metropolitana continua em fase de crescimento, está ocorrendo aumento das atividades industriais, comerciais e na prestação de serviços, refletindo uma melhora da economia. Sobre a exploração mineral na região

metropolitana provavelmente os dados utilizados são dados secundários. As informações do potencial energético foram atualizadas e não houve nenhuma usina nova na bacia. Sobre a demanda total de água foram apresentados dois valores pela CRHi, um independente de outorga e outra tendo como base as outorgas, estão trabalhando com quantitativo físico separando por quantidade as águas superficiais e águas subterrâneas, além das informações percentuais. Bonfílio alertou que os dados do IBGE são sistematicamente criticados por inúmeros municípios brasileiros, seria prudente simular com dados do SEADE também. Piza disse que aquele foi um critério adotado abrangendo todos Comitês de bacia de maneira homogênea, deveria ser comunicado à CRHi para estudar a modificação, visto que não era competência do Comitê, porém poderiam expedir nota reportando ao indicador específico, mas também foi comentado que nem todos dados têm como fonte o IBGE. Sobre a quantidade de captação de água foi apontado superexplotação do lençol freático na bacia para captação das águas subterrâneas, sendo que atualmente ela se torna uma área de risco para captação na bacia, devem ocorrer ser estudos complementares, e estratégicos, para estabelecerem uma nova política pública referente à exploração das águas subterrâneas. Há pouca quantidade de captações para as águas superficiais atendendo toda a demanda necessária. Sobre resíduos sólidos, com a nova legislação federal e estadual a tendência é que os índices de geração de resíduos *per capita* diminuam ao longo do tempo, sendo que a questão mais importante é a leitura da localização a fim de que os aterros sanitários não causem impactos nos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos. A carga orgânica apresentou redução significativa, oriunda dos dados de queda da população e por causa da obra de ligação do rio pinheiros transportando o esgoto para tratamento na ETE Barueri, e dos municípios da região do ABC para tratamento na ETE ABC, espera-se também os mesmos procedimentos para o município de Guarulhos, e em outros municípios, com uma tendência para redução da carga poluidora. Piza também apontou como importante o projeto Córrego Limpo. Há grande quantidade de áreas contaminadas na bacia, e em grande quantidade os postos de gasolina. A quantidade de acidentes com cargas perigosas e produtos químicos está intimamente ligada à qualidade das estradas e o respeito à legislação de trânsito, há dispositivos para tentar minimizar a chegada dos produtos químicos nos corpos d'água além das boas ações do corpo de bombeiros e da Cetesb quando há derramamento. Referente as voçorocas o mapa de levantamento foi realizado em 1994, basicamente onde havia erosões e exploração de lavras de minérios de forma inadequada, apontando principalmente a região de Perus com a exploração do calcário, e no Alto Tietê com exploração de areia, além da bacia do Juquery, sendo que muitas foram remediadas mas surgiram novas e o DAEE juntamente com o IPT já está realizando um novo levantamento. Sobre a qualidade da água para os relatórios futuros há necessidade de criar indicadores específicos, para cada manancial, trabalhando com os trechos do rio associando as informações da Cetesb e o monitoramento da Sabesp, fornecendo informações mais específicas de forma a possibilitando o gerenciamento da melhoria da qualidade das águas. A incidência de esquistossomose não é crítica mas apresenta dados preocupantes concentrados nas cabeceiras provavelmente devido ao contato intenso no processo de cultivo principalmente das hortaliças. Os índices de coleta e tratamento de esgotos continuam muito baixo. Apresentaram dados detalhados por Subcomitês para facilitar a gestão dos indicadores. **O relatório de situação com base no ano de 2008 foi aprovado**. Os trabalhos prosseguiram com a Deliberação que dispõe sobre alteração das linhas gerais das normas de funcionamento das Câmaras técnicas. Del Carmen disse a redação deveria ser melhorada para dar mais espaço aos temas deliberados e encaminhados pelos Subcomitês. Jumara Bocatto (prefeitura de São Lourenço da Serra) disse "Quando vi essas deliberações levei um susto, porque embora participe da fundação dos Subcomitês desde o início e a própria Lei 9866 quando designou as Leis Específicas para que tudo pudesse ser modificado e melhorado em cada subregião, o fez porque cada subregião tem suas características, nós tivemos uma reunião do Subcomitê Cotia Guarapiranga no dia 14, fazia muito tempo que não havia reunião estava todo mundo desanimado, mas a reunião do dia 14 foi fantástica, com todos presentes, todo mundo reclamando da falta de reuniões de trabalho para as decisões das nossas necessidades (...) temos a Câmara Técnica do Subcomitê com a decisão do Subcomitê por que tem que depois vir para o Alto Tietê? Nós aqui representamos, não sei se 10%, talvez menos, das pessoas que estão presentes nos Subcomitês, e mais ainda daquelas que participam das Câmaras técnicas nos Subcomitês, e então essa integração não ficaria maior, ficaria menor, talvez para uma instância de decisão fosse mais simples, mas para participação tripartite, principalmente para sociedade civil e municípios diminuiria a qualidade da participação, então sou contra as duas deliberações pelo formato que elas têm porque quem tem que saber o assunto a ser discutido no Subcomitê, e qual Câmara técnica formar no Subcomitê, é o Subcomitê, aqui em alguns lugares diz que os Coordenadores das Câmaras técnicas, seria só do Alto Tietê, e decidirão sobre o assunto, e eu não gostaria que nenhuma dessas duas deliberações passasse hoje. "A Secretária disse que não era isso o que estava escrito, em nenhum instante procuraram diminuir o papel dos Subcomitês. Del Carmen concordou com a posição da conselheira Jumara dizendo também que os Subcomitês tinham problemas diferenciados, e de alta complexidade, somando um volume enorme de

pessoas concentradas em suas regiões, se não era a intenção do texto ele deveria ser revisto porque não estava claro. Nelson Pedroso disse que a questão foi amadurecida, não foi construída da noite para o dia, citando exemplos de alterações de funcionamento do Comitê, quando alteraram as formas de análise dos projetos FEHIDRO trazendo a discussão dentro de uma metodologia mais integrada e não em cada Subcomitê de forma isolada, em uma discussão integrada com a participação de todo colegiado, com o Comitê e seus 5 Subcomitês, lembrou que também muitos membros do colegiado representam tanto o Subcomitê como o Comitê, citou também a proposta feita no ano anterior para a criação da Câmara técnica de educação ambiental de composição tripartite, com os 5 Subcomitês, com mais integrantes que o próprio Comitê na Câmara técnica para deliberar e encaminhar os temas pertinentes, disse "...de forma que um integrante local indicado por um Subcomitê pode dentro da Câmara técnica eleger o relator, o coordenador, portanto não há distinção nesse aspecto, como uma forma de incluir a todos para que as demandas sejam participativas e integradas. A Câmara técnica está tentando preencher seus quadros, só não completou ainda por demandas locais, dos colegiados locais, para que possa também completar os quadros dessas Câmaras técnicas, portanto é um avanço bastante significativo e a idéia aqui é fazer com que tenhamos essa integração para que as demandas e propostas que surgiram sejam debatidas da forma mais ampla possível, até porque quando é decidida uma questão no Comitê sempre é respaldada por uma discussão que teve início na base, no Subcomitê, e vice-versa... " Osvaldo Vieira disse que o plenário ainda tinha dúvidas e portanto a discussão deveria ser encaminhada para os Subcomitês, inclusive para que pudessem trazer sugestões e depois encaminharem para deliberação no Comitê com possibilidade de consenso. Mônica Borba (5 Elementos) disse que percebia o Comitê do Alto Tietê como a união dos Subcomitês, deveriam trabalhar de forma sistêmica. O Alto Tietê não poderia ser outra coisa senão as pessoas que estão nos Subcomitês apontou a dupla representatividade como um grande problema de comunicação e articulação, disse que havia falhas no recebimento das comunicações do Comitê, e para ela particularmente, que o Comitê tinha que se comunicar diretamente com todos representantes do Subcomitê, não poderia ser delegado aos Secretários dos Subcomitês, inclusive porque não possuem estrutura para tanto. A Secretária disse que a cobrança das ações de comunicação deveria ser com o Secretário executivo de cada Subcomitê, ele é intermediário entre o Comitê e o Subcomitê, explicou que o Subcomitê legalmente não tinha direito aos recursos e conjuntamente com a FABH-AT estavam procurando fornecer estrutura para as necessidades dos Subcomitês. Mônica concluiu dizendo que entendia que quando era eleita no Subcomitê, automaticamente deveria estar dentro do Comitê, não separados, porque foram eleitos no Subcomitê, estavam muito mais ligados àquela região, e à sua comunidade com muito mais clareza do que estava acontecendo na base, no Comitê não poderia ser um outro grupo, tinha que ser esse mesmo grupo, reconhecendo, porém, que não era possível todos do Subcomitê estarem presentes no Comitê, mas essa via de acesso tinha que ser muito mais valorizada. Bonfílio em questão de ordem disse que os comentários eram suficientes apontando que o texto da deliberação deveria ser melhorado. Jumara também apontou as grandes dificuldades de recursos estruturais nas pequenas prefeituras, e da sociedade civil, até para comparecer nas reuniões do Comitê. Nelson concordou que havia falhas de comunicação, talvez fosse importante colocar um item com comunicação direta, para todos, com maior visibilidade, por exemplo, no site de maneira que todos pudessem receber a comunicação através de um e-mail cadastrado no sistema, o que seria uma operação simples. Salientou que estavam discutindo a integração e que a questão do custeio serviria não só para Sociedade Civil Organizada, mas, para as prefeituras de menor recurso, visto que o sistema é tripartite. Márcia Nascimento disse que enquanto Secretária Executiva do Subcomitê Billings Tamanduateí participou das discussões, o foco principal era a integração, no entanto, o texto apresentado não reproduzia claramente as discussões, e concordou com a proposta do Secretário Osvaldo Vieira que o texto deveria ser remetido ao Subcomitê para depois voltar ao Comitê, também esclareceu que realmente adotava o procedimento de repassar todas comunicações não só com aos membros do Subcomitê como aos Coordenadores de Câmaras técnicas, sendo que estes muitas vezes não são membros formais do Subcomitê, disse que o item comunicação sempre deveria ser objeto de melhoria. Romildo de Pinho Campello (Prefeitura de Mogi das Cruzes) disse que entendeu que a intenção não era aleijar os Subcomitês do processo, porém, se o texto não estava bom era preciso rever, mas poderiam aproveitar o tema para uma discussão mais profunda normatizando questões como a composição dos municípios, e da sociedade civil, sua paridade de representação no Comitê, a composição deveria ser reformulada de maneira que o Comitê fosse a soma dos 5 Subcomitês, promovendo integração total. Sugeriu a integração das Câmaras técnicas na redação do Artigo 5º, que os membros das Câmaras técnicas dos Subcomitês fossem correspondentes à Câmara técnica do Comitê, garantindo a representação da Câmara técnica do Subcomitê no Comitê. Bonfílio parabenizou a iniciativa da deliberação dizendo que na verdade estavam procurando uma metodologia para a gestão de diálogo e conflitos, visto que uma das missões do Comitê e Subcomitês é gerenciar os conflitos pelo uso da água, ressaltou a importância de melhoria no processo de comunicação. Miron disse que o posicionamento do Conselheiro Romildo estava teoricamente

resolvido porque quando ocorre eleição da sociedade civil no Comitê da bacia há opção pela titularidade de atuação, disse que as partes estavam contidas no todo, sem discriminação, e que a proposta era uma forma de capilarização para melhorar o conhecimento regional das questões e apontou como um exemplo saudável o CONSEMA como órgão homologador das questões de licenciamento no Estado de São Paulo. Concordou que o Comitê precisava melhorar sua comunicação, tema que também foi corroborado por Eduardo Racciopi (Instituto Aruandista Pesquisas e Desenvolvimento). Edson José de Barros (Prefeitura de Guarulhos) disse que entendeu a proposta com uma tentativa para melhoria das relações entre o Comitê e os Subcomitês, apontou também para o perigo de utilizarem os Subcomitês com fins políticos. Gilmar ratificou que tem recebido todas comunicações, e pessoalmente tem repassado os comunicados para as demais prefeituras, além de outras informações relevantes como os encaminhamentos das reuniões do CRH, também apontou que infelizmente alguns prefeitos não dão a devida importância tanto para os Subcomitês como para o Comitê, inclusive deixam de enviar seus representantes técnicos nas reuniões para elaboração dos documentos, como a deliberação em pauta, concordou que a deliberação deveria ser votada em uma próxima data, inclusive pessoalmente também teria alguns reparos no texto, e disse "... que todas as prefeituras que foram listadas aqui mandem suas contribuições, formalmente, para termos um documento final que seja implementado a partir das próximas eleições. "A Secretária propôs a formação de um Grupo de trabalho, tripartite, segundo indicação centralizada nos Secretários Executivos dos Subcomitês para discutirem em janeiro com base no documento existente, tendo com foco a integração. Como último item de pauta foi debatido o EIA/RIMA do trecho norte do rodoanel Mário Covas. A Secretária esclareceu que ocorreu a apresentação na Câmara técnica de planejamento e gestão pela consultoria Prime Engenharia contratada pela Dersa, que pela resolução CONSEMA 55 o Comitê deverá analisar, opinar e recomendar ações sobre o empreendimento antes da licença prévia, sendo a data de término para manifestação a própria data, dia 16/12/2010, que a Câmara e técnica planejamento e gestão elaborou a minuta do documento elencando suas recomendações e medidas compensatórias. Edson disse "No caso de Guarulhos trabalhamos com sistemas isolados, Cabuçu, Tanque Grande, que são ligados ao Alto Tietê enquanto diagnóstico, Cantareira, e de São Paulo especificamente o impacto vem do Cabuçu de Cima e Cabuçu de Baixo, do sistema, e essa redação está dando ênfase ao Juquery Cantareira; temos que discutir então especificamente Cabuçu de Cima e Cabuçu de Baixo, e os sistemas isolados. "Bonfílio disse que era congruente, solicitou acrescentar como medida estruturante na licença prévia, segundo preconizam as próprias diretrizes do rodoanel, avaliar a contribuição do traçado para a contenção da expansão urbana irregular em direção ao parque da Cantareira e também que o empreendimento rodoanel deveria se constituir como agente de integração entre as regiões metropolitanas e a macro metrópole, portanto nas o Comitê deveria fazer constar dois programas em consonância ao Plano de Bacia, disse que seria uma síntese do pensamento do Subcomitê Juquery Cantareira enquanto macro diretriz relacionando uso e ocupação do solo e recursos hídricos, além de indicar ao empreendedor como medida vinculante, e que precisavam ser consideradas: o repasse do custo do programa de apoio ao fortalecimento técnico e institucional ao sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, visto que o empreendedor irá explorar a atividade comercial das estradas de rodagem, caso contrário os recursos da cobrança pelo uso da água e recursos do FEHIDRO terão que mitigar os impactos nos recursos hídricos. O segundo programa, a criação de um programa específico de projetos, obras e atividades de suporte à proteção e conservação dos recursos hídricos em setor de grande relevância e interesse ambiental para preservação do patrimônio da reserva da biosfera do cinturão verde de São Paulo como diretriz de incentivo ao adequado uso do solo e prevenção de inundações e enchentes nas áreas de influência direta e indireta do rodoanel trecho norte com prioridade para medidas previstas no plano de bacia como implantação de parques lineares de várzea, estradas parques, ferrovias parques em APPs, fortalecimento do Parque Estadual do Juquery com a criação do núcleo Caieiras dentro do parque estadual. A Secretária disse que a Câmara técnica de planejamento e gestão já havia se reunido aprovando o consenso que constava da minuta. Miron lembrou que a plenária é soberana para decidir o que incorporar. Seguiram-se amplos debates. Edson informou que a audiência pública em Guarulhos ocorrida no dia anterior foi cancelada por causa de conflitos, disse "solicitei um ofício no dia 18 que é bem claro, quero ver o que foi aprovado para o trecho oeste e o trecho sul, porque não sabemos os desdobramentos jurídicos (...) eu tiraria de pauta, mesmo ficando no prejuízo (...) a lógica toda para mim está confusa." Gilmar foi favorável à aprovação sem constar os valores mas com as complementações necessárias depois. A Secretária disse que não seria interessante a retirada de pauta porque novamente diriam que o Comitê não se manifestou sobre o empreendimento. Propôs complementarem com as propostas dos dois programas reivindicados pelo conselheiro Bonfílio sem especificar valores. **A proposta foi aprovada.** A Secretária Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê coordenou a confecção desta ata, que está em conformidade com a ata completa, a qual contém a íntegra desta reunião plenária ordinária, e está também em conformidade com as laudas taquigráficas.